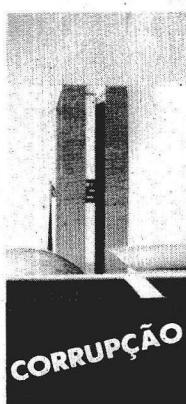


Citados pela CPI brigam para sair do relatório

Geraldo Magela



A dois dias da leitura do relatório final da CPI do Orçamento, os envolvidos no inquérito perderam o sossego e o controle. A disposição dos suspeitos de dar explicações à comissão cedeu lugar a tentativas desesperadas de mudanças nos relatórios das subcomissões. Para tirar um nome do relatório, valeu de tudo: apelos sentimentais, ofensas verbais, intimidação e até agressões físicas.

Depois de ter passado a noite em claro, após um dia de telefonemas de parlamentares informando que ele estava nesta ou naquela lista de cassação, o deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) decidiu ir ao Prodases ontem, no final da manhã. Disposto a pôr os olhos e as mãos em seu inquérito na Subcomissão de Patrimônio, Tinoco acabou convidado a se retirar da sala pelo coordenador técnico dos trabalhos, José Aparecido. Foi o suficiente para que o auditor fosse empurrado e xingado pelo deputado José Lourenço (PPR-BA), que acompanhava o amigo Tinoco. "Quem vai sair é você. Quem você pensa que é?", protestou Lourenço.

Abuso de poder — A cena constrangedora foi reprovada pelo próprio Tinoco e pelos demais parlamentares que a presenciaram. Auditor do TCU emprestado à comissão, José Aparecido não deixou por menos: "Agredir um funcionário no exercício de suas funções é abuso de poder". Não faltou quem lembrasse que o regimento interno da Câmara dos Deputados considera o abuso de poder incompatível com o decoro parlamentar.

Na verdade, o deputado José Lourenço nada mais fez do que pôr em prática conselho que havia dado pouco antes ao deputado Pinheiro Landim (PMDB-CE). "Você tem que dar um safanão no Sigmarinha", disse Lourenço, referindo-se à inclusão de Landim na lista dos culpados da Subcomissão de Emendas, coordenada pelo deputado Sigmarinha Seixas (PSDB-DF). O deputado cearense acabou não seguindo o conselho do baiano e foi à subcomissão negar a autoria de fac-símile pedindo ao Ministério da Integração Regional a liberação de recur-

sos para empreiteiras. "Não tenho responsabilidade sobre documento que não assinei", reclamava Landim. "Na tentativa de impugnar provas foram muitas pressões incisivas, mas nada incivilizado ou truculento", comentou mais tarde Sigmarinha.

Carteiraço — Cofre de todas as provas colhidas pela CPI, o Prodases também foi palco de uma discussão acalorada entre os senadores Pedro Teixeira (PP-DF) e José Paulo Bisol (PSB-RS). O senador do Distrito Federal, uma espécie de "anjo da guarda" do governador Joaquim Roriz na CPI, foi cobrar do funcionário Hipólito Gadelha Remígio uma diligência feita num frigorífico de propriedade de Roriz. Para obter o que queria, Teixeira apelou para o tradicional carteiraço: "Você tem que me respeitar. Eu sou um senador da República e você é um funcionário do Senado". No mesmo volume com que Teixeira falava, foi interrompido pelo senador Bisol: "Ele fez a diligência cumprindo ordem minha e com autorização do presidente da CPI".

Não é à toa que tanta tensão cerca o relatório da Subcomissão de Patrimônio, da qual Bisol é coordenador. Como o delito preferido entre os investigados é a sonegação de bens ou rendimentos, seu relatório é o que lista o maior número de parlamentares por práticas de irregularidades. Sua determinação em incluir no relatório final os autores de quaisquer ilícitos, relacionados ou não com o orçamento, rendeu-lhe a maior oposição dentro e fora da CPI. No começo, foram telefonemas e cartas anônimas ameaçando-o de morte.

Reação atrasada — Esse movimento reúne os senadores Pedro Teixeira, João Rocha (PFL-TO), o líder do PTB no Senado, Jonas Pinheiro (AP), e os deputados Pedro Pavão (PPR-SP) e Fernando Carron (PPR-RS). "Queremos que o relatório seja submetido à votação na subcomissão antes da entrega ao relator Roberto Magalhães (PFL-PE), resumiu Jonas Pinheiro. "O relatório tem que ter uma análise política para evitar injustiças técnicas", justificou Pavão. Bisol considera esta reação intempestiva e atrasada. Argumenta que só cabem protestos no momento em que a subcomissão definiu os critérios técnicos dos trabalhos. "Querem tentar diminuir a força das provas", acusa Bisol.



Parlamentares denunciados pela CPI reúnem suas tropas de choque e o alvo principal foi o Prodases